

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 459.492 - MG (2018/0175319-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : JULIO CESAR SANCHES RIBEIRO (PRESO)**

## **DECISÃO**

**JULIO CESAR SANCHES RIBEIRO** acoima de ilegal **decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que não conheceu do HC n. 1.0000.18.069443-2/000.

Em 8/10/2015, o paciente foi condenado por incursão no art. 331 do CP, a 6 meses de detenção, em regime aberto. Para o impetrante, ao substituir a pena privativa de liberdade por prestação de serviço à comunidade, o Juiz violou o artigo 46 do CP. Ademais, não é possível fixar a prestação de serviços à comunidade como condição especial para o cumprimento da pena no regime aberto (fls. 7 e 8, e-STJ).

Requer a declaração da nulidade absoluta do processo por ilegalidade na individualização da pena.

### **Decido.**

O habeas corpus foi interposto contra **decisão monocrática de Desembargador**, contra a qual seria cabível agravo regimental. **Assim, não é possível processar a insurgência**, uma vez que, a teor do art. 105, II, "a", da CF, não houve julgamento em última instância pelo Tribunal de Justiça a ensejar a inauguração da competência desta Corte.

Ilustrativamente: [...] não tem cabimento o habeas corpus

# Superior Tribunal de Justiça

para desafiar decisão singular de Desembargador relator que não conheceu do recurso interposto perante o Tribunal (precedentes). 3. A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes)" (**AgRg no HC n. 423.705/RS**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 5/4/2018).

Confira-se, *mutatis mutandis*: "Do ponto de vista processual, o caso é de habeas corpus substitutivo de **agravo regimental (cabível na origem)**. Tendo em vista a jurisprudência da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, por inadequação da via eleita (HC 115.659, Rel. Min. Luiz Fux). Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao STF examinar a questão de direito implicada na impetração. Precedentes" (**RHC n. 169214 ED**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T., Dje 19/9/2019).

A matéria controvertida nem sequer foi examinada pelo Desembargador, haja vista sua incompetência para processar e julgar habeas corpus contra ato do Juizado Especial Criminal, o que também evidencia a **indevida supressão de instância**.

Não consta na sentença a fixação de condição para o regime aberto. E, em caso de eventual constatação de ilegalidade na dosimetria, impõe-se sua correção e não a declaração de nulidade do processo, como consta do pedido do *writ*.

Por fim, o réu foi condenado a 6 meses de detenção, substituída a pena privativa de liberdade pela obrigação de prestar serviços à comunidade à razão de uma hora por dia da condenação. A sentença foi prolatada em 2015 e, depois de tantos anos, não existe nenhuma prova de que o paciente cumpre prestação de serviços ou está na iminência de executar a pena substitutiva ora impugnada.

Esse *writ* foi distribuído em 17/7/2018 e, apesar dos ofícios de informações, não foi esclarecida a atual situação do postulante, razão pela qual não é possível averiguar se, atualmente, existe coação ao seu direito de ir e vir. O ônus de comprovar a condição da ação constitucional era do impetrante.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, por todas as razões assinaladas, deixo de analisar a possibilidade de concessão da ordem de ofício, uma vez que o *writ* não se presta a revisar atos judiciais, mas a sanar ilegal constrição ao direito de ir e vir.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

